



capees

**COORDENAÇÃO
DO APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)**

presidência — Tarso de Moraes Dutra, Ministro da Educação.

conselho deliberativo — Antônio Moreira Couceiro (presidente do C.N.Pq.), Amadeu Cury, Donatello Grieco, Eduardo Faraço, Edrizio Barbosa Pinto, Francisco Vítor Rodrigues, Hélios Bernardi, José Arthur Rios, José Walter Bautista Vidal, Kurt Politzer, Maria Aparecida Pourchet Campos, Neila Leal Costa, Oscar Machado da Silva, Orlando Magalhães Carvalho.

Suplentes — Geraldo Halfeld, Erb Velleda, Francisco Degni, José de Paula Lopes Pontes, Otto Guilherme Bier.

diretoria - executiva — Mário Werneck de Alencar Lima.

Av. Mar. Câmara, 210, 8.º e 9.º andares - ZC-39 — C. Postal 5185 - ZC-05
End. Teleg. EDCAPES - Tel.: 52-9072 - Rio de Janeiro, Gb. - Brasil.

*formação
de
médicos*

PROF. JOSÉ LEME LOPES

O problema da formação de médicos, um dos aspectos mais importantes do sistema de educação médica, tornou-se há algum tempo crítico. Ao lado da carência de profissionais e sua má distribuição no País, com excesso de médicos praticando nas grandes cidades e sua deficiência e mesmo ausência em numerosas áreas, especialmente as rurais, cria-se um óbice ao planejar-se para o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a pressão de candidatos à matrícula nas escolas médicas, especialmente às portas das Faculdades tradicionais, maximé na Guanabara, torna obrigatória uma urgente solução para o impasse. Cada ano, uma massa considerável de excedentes fica impossibilitada de alcançar o curso profissional, constituindo um desafio educacional e social. Nenhuma pesquisa sobre o destino desses jovens decepcionados foi realizada.

O remédio para diminuir a pressão dessas duas forças tem sido o aumento, não planejado, de matrículas e a abertura de novas escolas. Embora o emprêgo dessa terapêutica se tenha iniciado, há um decênio mais cu

menos, só nos últimos anos o foi com maior amplitude e intensidade. No entanto, os primeiros índices não lhe são favoráveis. Decuplicaram as escolas, entretanto, os médicos formados por elas mal passam do dôbro, em relação aos graduados antes dêsse considerável aumento de unidade de ensino clínico.

Não é ambicionado aqui alcançar uma solução, mas são arrolados dados indispensáveis para uma correta formulação de seu encaminhamento.

1.º) Estudando a distribuição das escolas médicas no País, ressalta a circunstância de que 75% delas encontra-se na zona centro-sul. É nessa mesma região que se multiplicaram e continuam a ser criadas as novas escolas.

2.º) Os investimentos em educação médica provêm, em sua quase totalidade, de recursos federais (só as escolas médicas da Universidade de São Paulo e a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado da Guanabara não recebem seu subsídio financeiro principal do MEC).

3.º) Deve, assim, caber ao Ministério da Educação e Cultura ditar, em colaboração com os Ministérios, da Saúde, do Trabalho (INPS) e do Planejamento, as bases de uma política nacional de educação médica.

4.º) As diretrizes dêsse movimento devem partir de uma comissão assessôra, de alto nível, que preparará um plano nacional de educação médica.

5.º) A mesma comissão deverá intervir orientando as novas fundações; fixando os requisitos mínimos para sua abertura e auxiliando técnica e administrativamente seu funcionamento.

6.º) Convém ter em mente que a Reforma das Universidades brasileiras visa a mudar a estrutura clás-

sica da Escola Médica. A divisão de todos os cursos em ciclo básico e ciclo profissional pretende separar, na escola médica, o ensino das ciências biomédicas do das matérias clínicas; o primeiro a cargo de instituto básico e o segundo, da Faculdade de Medicina, através do hospital escolar. O nôvo sistema não foi ainda implantado, mas acredito possa vir a ajudar uma nova formulação de todo problema da formação de médicos.

7.º) O ciclo básico poderá ser realizado em institutos biomédicos dimensionados para grande massa de alunos. Nada impede que os laboratórios e salas de aula sejam alternadamente utilizados por turmas diferentes e sucessivas de alunos.

8.º) A criação dêsses Institutos de Ciências Biomédicas deverá ainda facilitar a formação de docentes nessas ciências, pois é reconhecida a falta de elementos devidamente preparados e capazes de exercer o ensino e a pesquisa nesse setor. Incluirão, portanto, a execução de programas de pós-graduação, em seu plano de atividades.

9.º) A massa de estudantes credenciados pelos Institutos não poderá ser treinada profissionalmente na Faculdade ou Escola originária que adotar êsse sistema. Um grupo selecionado aí fará sua educação clínica. O dimensionamento dêsse grupo dependerá dos recursos da escola, especialmente do tamanho de seu hospital escolar. Embora evidente, é preciso frisar que essa fase da educação profissional não permite, num mesmo departamento (enfermaria, ambulatório), dobrar as turmas de estudantes; em horários sucessivos, um mesmo doente não pode servir para demonstração ou ser examinado por instrutor e alunos duas vêzes no mesmo dia.

10.º) A rede hospitalar da região em que funciona uma escola médica, poderá prover, uma vez fornecidos

recursos em pessoal docente, técnico e administrativo, e em material (equipamento, salas de aula, recursos audiovisuais, material de consumo), ao ensino profissional dos demais alunos, mediante mandato universitário. A docência livre poderá ter aí uma aplicação de sua capacidade.

11.º) *Esse sistema implica retirar às escolas e faculdades o direito de conferir o diploma profissional. Este deverá ser obtido, após a terminação do ciclo profissional, mediante um Exame de Estado. Uma junta de examinadores, integrada em cada região por elementos do Ministério da Educação (Escolas e Faculdades de Medicina), Ministério da Saúde, Associação Médica Brasileira e eventualmente outras instituições nacionais da área da Saúde, examinará os que terminarem o curso médico, com o fim de os diplomar para o exercício da profissão.*

12.º) *Os alunos ensinados no sistema vigente nos hospitais escolares das faculdades e escolas, deverão também ser submetidos ao Exame do Estado, para que não haja no exercício profissional duas variedades de diplomas profissionais.*

13.º) *O planejamento deste novo sistema de educação médica requer profundas modificações, especialmente uma uniformização da rede hospitalar do País e uma utilização global dos recursos de saúde, que se encontram fora do sistema universitário e escolar.*

14.º) *A seleção de alunos também precisará ser modificada. O Colégio Universitário é a modalidade mais adequada para uma melhor preparação dos candidatos e também para uma escolha vocacional mais correta.*

O desafio da carência de médicos para o desenvolvimento e o crônico e triste espetáculo de jovens excedentes obrigam os especialistas em educação médica a se debruçarem sobre o problema da formação de médicos e encontrar a solução mais conveniente para êle.

forum de opiniões

Universidade Será Reformada a Fundo

O Presidente Costa e Silva anunciou em discurso, ao receber o título de “doutor honoris causa” da Universidade do Pará, uma série de atos que irão caracterizar, nos seus pressupostos objetivos, “a profunda reforma da Universidade brasileira”.

O Marechal Costa e Silva vinculou-a às necessidades de desenvolvimento: através de projeto de expansão do ensino superior, a reforma haverá de definir metas quantitativas e critérios de crescimento que corresponderão às peculiaridades do desenvolvimento brasileiro.

— Incluindo-me, honorificamente, entre os doutôres de vossa Universidade, talvez quizesseis minorar no espírito do Chefe de Estado — disse o Presidente, em seu discurso de agradecimento — o sentimento de surpresa ante as vozes desavisadas que buscam negar o largo espaço destinado em nosso programa de Governo ao estudo e à solução do problema educacional. Vosso reconhecimento seria, em si mesmo, uma honra tão alta quanto o título que neste instante recebo, mas traria consigo de qualquer modo o apêlo subjacente a tôdas as manifestações dessa natureza, em favor de uma definição diante dos aspectos novos da crise desencadeada pela inadequação da estrutura do ensino aos anseios legítimos da juventude e aos impulsos profundos que fazem o próprio País avançar para

uma superação de etapas, em seu inconformismo com a lentidão dos velhos processos de conquista do desenvolvimento.

— Respondo o que me disponho a fazer, face aos aspectos circunstanciais da crise, pondo mão nas tentativas para transformá-las em pretexto de investida contra a ordem pública e o princípio da autoridade, com a mesma firmeza que caracterizará o trabalho do Governo para eliminar as causas de inquietude dos moços e do desânimo que parece começar a inibir o espírito dos mestres e reitores.

— Compreendo, também, a impaciência da juventude — daquela que deseja melhorar os padrões de ensino recebido e daquela que reclama a simples oportunidade de matrícula nas escolas — como percebo a malícia dos que nada desejam senão armar-se do escudo oferecido pela impetuosidade dos jovens para atingir velhos objetivos inconfessáveis.

— É preciso distinguir, para que não sejamos fracos ou ingênuos como os semeadores da desordem; nem injustos e imprudentes como os que têm direito a reclamar e necessidades a atender. A Chefia do Estado não comporta nem ingenuidade nem imprudência. Muito menos fraqueza e injustiça. Exige uma cota de serenidade em cada ato de energia, para que essa não degenere em força descontrolada, que acaba sendo a negação da autoridade.

— A decisão de renovar o sistema educacional brasileiro prova a disposição de ir às causas da crise e não somente as suas exterioridades. Quando falo em causas, não cometo o simplismo de localizá-las exclusivamente na estrutura universitária. Sei que elas vão mais fundo e fincam raízes velhas e robustas em nossa estrutura econômica e social. Por isso, estou na Amazônia e para cá trouxe todo o Governo, com projetos que cobrem tôdas as áreas de sua problemática multiseular. Mas a renovação do sistema educacional não pode deixar de ser atacada simultaneamente, até porque, no caso brasileiro, ela deve ser encarada como um dos instrumentos mais eficazes e de que podemos lançar mão para elevar o nível

e o volume de nossas indústrias, para tornar mais seguro e veloz o processo geral de crescimento de nossa economia.

— O nôvo estágio do desenvolvimento nacional, sem sobressaltos nem aventureirismo, porém, marcado por uma ação segura que desenvolva a investigação científica, estimule o espírito criador e aproveite ao máximo os recursos naturais e humanos indispensáveis, teria de ser condicionado por uma completa reformulação da estrutura e das diretrizes da educação superior do País.

— Já o Governo do saudoso Presidente Castelo Branco, através de dois provimentos legais, promoveu a implantação do sistema dos institutos comuns, no ciclo básico da Universidade, buscando a concentração de esforço didático, sua associação ao da pesquisa e a economia de recursos para reinvestimento em atividades e instrumentos que aumentassem o rendimento e a qualidade da função pedagógica.

— Praticamente encerrada esta etapa preliminar e elaborada uma nova base orgânica e física para o Ministério da Educação e Cultura, cabe ao meu governo desencadear, agora, os atos complementares que irão caracterizar, nos seus pressupostos objetivos, sob a inspiração de diretrizes inscritas no programa estratégico do desenvolvimento, a profunda reforma da Universidade brasileira.

— Não há mais porque delongar na solução dos velhos problemas, na institucionalização de nossa Universidade, que, enfrentando o debate público em tôdas as áreas culturais do País, ainda não encontrou a sua forma jurídica conveniente, não valorizou suficientemente o seu próprio conceito de unidade e universalidade, nem fixou o verdadeiro grau de interesse público que deve distinguir as escolas públicas e privadas.

— Também, a administração universitária reclama novas normas de funcionamento que atendem mais afirmativamente para as resoluções da instituição com o Governo, a ação de mecanismos de planejamento, execução e auditoria, e a racionalização administrativa.

— A reforma haverá de definir metas quantitativas e critérios de crescimento que não só correspondam às peculiaridades de nosso desenvolvimento, mas, ainda, considerem a presença de uma juventude que quer ver assegurado o seu legítimo direito de estudar e de se integrar no processo de ascensão na sociedade brasileira.

— A reformulação do regime didático e científico será indispensável a êsse incremento, para que êle não tenha apenas sentido de quantificação de oportunidade, mas deva representar, ao mesmo tempo, a meta da valorização do ensino, na sua expressão global, articulando a escola superior com a escola média, aperfeiçoando o sistema de acesso à Universidade, instituindo currículos para cursos de menor duração e integração na Universidade e no meio, regulando o exercício da atividade profissional; intensificando as pesquisas e relacionando a formação profissional com as demandas do mercado de trabalho e as exigências do bem-estar do povo.

— Uma estratégia segura terá de ser programada para implantação da pós-graduação no País, visando à preparação de recursos docentes altamente qualificados, para as nossas instituições de ensino e pesquisa.

Tarso na UNESCO: Educação Arma para Vencer a Guerra

Os povos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, e as ilhas de pobreza que ainda se encontram enquistadas nos países mais prósperos, encontrarão no sistema cultural seus instrumentos de libertação muito mais eficientes que a própria ajuda econômica, porque esta atende, quase sempre, os problemas contingentes e não aos programas que explicam a etiologia do atraso.

Essas afirmações foram feitas, em Paris, na Reunião da UNESCO, em nome do Governo brasileiro, pelo Ministro Tarso Dutra, que acrescentou: “a batalha da paz terá de ser ganha pelo esforço em prol da educa-

ção e da cultura, que as nações devem desenvolver no mais alto sentido de integração e solidariedade”.

A utilização dos fatores genuinamente civilizadores da cultura e da ciência — acrescentou o Ministro Tarso Dutra — faz pressupor o aproveitamento do rico potencial humano que é a juventude de nosso tempo.

— Sou dos muitos que acreditam na imensa virtualidade dos moços, que praticamente controlam todo o sistema de influências da sociedade contemporânea. Procuro identificar na eclosão do *Poder Jovem* mais o anseio de progresso que está situado no substrato espiritual de todos os contingentes humanos. É a angústia gerada pelo próprio desenvolvimento, são os resultados do intenso labor da humanidade em todos os campos da cultura e da ciência, que colocam a nova geração no epicentro de uma crise espiritual tremenda, diante das comunicações rápidas que caracterizam a era espacial e da velocidade com que se depreciam e se fazem cada vez mais ultrapassados os valores tradicionais criados pelo gênio humano.

E o progresso como instrumento de segurança social, irá absorvendo, no ímpeto desenfreado com que se processa, os resultados previstos para gerar a tranquilidade, a dignificação e o bem-estar do homem, até que as fronteiras mais largas do desenvolvimento ofereçam oportunidade a todos e eliminem os desajustes flagrantes entre os excedentes populacionais que querem participar do trabalho e as condições ainda limitadas do mercado de produção.

É só isso que agita os moços em todo o Mundo, enfatizou. É a falta de oportunidade, a ausência de estímulos, o desespero diante de uma estrutura educacional que muito evoluiu e se aperfeiçoou, mas que êles responsabilizam, na identificação do descompasso com o progresso geral da sociedade contemporânea, como a causa essencial de suas próprias frustrações.

— O traço político que vem dando colorido aos movimentos em tôdas as áreas educacionais do mundo não

será senão um desvirtuamento do sentido das reivindicações juvenis mais expressivas sempre inicialmente voltadas para a melhoria dos padrões de ensino, a modernização e utilidade dos métodos educacionais e a adequação das formações profissionais às exigências tecnológicas do mundo evoluído dos tempos novos. E acrescentou:

— Dir-se-á que estamos em presença de uma luta de gerações, num esquema de competição em que o *Poder Jovem* reclama a substituição mais rápida do poder dominante, atualmente detido nas mãos das classes etariamente mais velhas da sociedade humana. Será, então, o desafio da juventude pelos avanços espantosos do processo moderno, para que venha a tomar imediatamente o lugar no processo de desenvolvimento econômico e social das nações, na mesma medida em que outrora se afirmou a luta entre empregados e patrões com o advento da revolução industrial.

Pode-se, por essa forma, interpretar a exteriorização mais ardente dos anseios juvenis, no contexto da era tecnológica. Ainda aí as nações terão de capacitar-se de que, em todos os seus aspectos, o desenvolvimento educacional e cultural deverá receber impulso vigoroso para proceder e condicionar o preparo do homem ao exercício útil da missão que lhe cabe na sociedade. Do contrário a participação acelerada ou antecipada dos jovens no mecanismo do trabalho criador, poderá redundar num desgaste social inevitável e na deteriorização das forças construtivas que sustentam o mundo como sistema de produção de bens e utilidades destinados a assegurar a felicidade do homem.

A seguir o Ministro Tarso Dutra destacou os esforços feitos no Brasil, com a finalidade de fortalecer as instituições educacionais e culturais, consubstanciados em três projetos:

Alfabetização e Educação Continuada de Adultos;
Orientação Profissional das Formações de Nível Médio;
e a Reforma Universitária.

noticiário

EUA: Nôvo Adido Quer a Volta dos Cientistas

O Prof. Athos da Silveira Ramos disse, antes de embarcar para os Estados Unidos, para assumir o cargo de Adido Científico junto à Embaixada do Brasil, em Washington, que tudo fará, no desempenho de suas novas funções, para promover a volta dos cientistas brasileiros. Condiicionou-a, porém, à existência em nosso País de condições de continuarem os cientistas o trabalho que venham desenvolvendo no exterior.

Afirmou que deixa a Sub-Reitoria de Assuntos Científicos e de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com todo apoio do Governo brasileiro, para que melhor possa cumprir suas novas atribuições.

O nôvo Adido Científico nos Estados Unidos é favorável a que a pesquisa científica se processe com maior desenvolvimento nas próprias Universidades, por entender que essas instituições têm melhores meios materiais e humanos para proceder a êsse trabalho. A política universitária deve dar maior desenvoltura à Pós-Graduação, tendo em vista a pesquisa de alto nível, em grau de competição com os países mais desenvolvidos. Concentrar esforços e recursos orçamentários no setor do ensino e da pesquisa é o único meio, no entender do cientista brasileiro, de fazer o País arrancar para o progresso e o desenvolvimento.

Tôda a programação de pesquisa deve, assim, ter por objetivo atender às áreas mais relacionadas com o desenvolvimento nacional. O Brasil é um País pobre, mas muito promissor por suas riquezas naturais, porém ainda inexploradas.

Nesse caso estão inúmeras fontes de minerais, que não são estudadas, e por isso mesmo, também não são exploradas. Os países importadores de "know-how" chegam a alcançar um certo desenvolvimento alargando muitas vezes seu mercado de trabalho, mas, não alcançam um grau desejável de desenvolvimento. Isto ocorre porque o "know-how" é no máximo superficial e não cria raízes.

Daí a necessidade de o "know-how" resultante da pesquisa ser obtido nascente do próprio país, do contrário o Brasil continuará subdesenvolvido. A criação de centros de Pós-Graduação nas próprias Universidades permitirá a conquista de elementos humanos e materiais nelas existentes, com um efeito multiplicador muito maior do que se a pesquisa se processasse fora delas.

—Se o regresso dos brasileiros não fôr possível, vou tentar obter contratação de professores que venham ao Brasil preparar os nossos mestres. Na opinião do nôvo Adido Científico brasileiro nos Estados Unidos, êste processo é mais econômico do que a ida de cientistas ao exterior. Isto porque o professor estrangeiro vindo ao Brasil, ministra aulas para um grupo maior de alunos, e todos permanecem no País. A mesma coisa não ocorre quando se dá o contrário. Além do número de atendidos, neste caso, ser bem mais reduzido, acontece que às vezes, o bolsista é tentado a permanecer no estrangeiro, o que resulta, como é óbvio, em prejuízo para o Brasil.

Atualmente, acrescentou, só na Universidade Federal do Rio de Janeiro há catorze cientistas estrangeiros, ministrando cursos de Pós-Graduação, principalmente nos campos de estudo relacionados com Engenharia, Produção Naval, e, Energia Atômica.

O Prof. Athos da Silveira Ramos fêz um levantamento do trabalho realizado nestes dois anos da gestão Raimundo Moniz de Aragão, em que se processa, a ritmo acelerado, a reforma da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programas da mais alta importância estão sendo realizados: Química, na Escola de Química e no Centro de Pesquisas e Produtos Naturais; Engenharia, na COPPE; Matemática, no IMPA; Geologia, no Instituto de Geociências; Microbiologia, no Instituto de Microbiologia; Lingüística, no Museu Nacional; Biofísica, no Instituto de Biofísica, e vários outros campos. Nos cursos de Mestrado a UFRJ matriculou, desde o seu início, 1.401 alunos, defendeu 127 teses; e nos cursos de Doutorado, 2.997 matrículas, sendo defendidas 21 teses. Em 1967, a UFRJ desenvolveu 127 linhas de pesquisas e o Conselho de Pesquisas e Ensino para Graduados concedeu auxílio para 89 planos que estão sendo executados. Os recursos financeiros que, em 1961, eram de NCr\$ 21.464,00, são, êste ano, de NCr\$ 1.245.750. Outros recursos vieram da CAPES, CNEN, Ford, Kellog Foundation e outras entidades. Com o FUNTEC foram firmados convênios da ordem de NCr\$ 24 milhões.

Situação Mais Grave É a do Ensino Médio

Em conferência que pronunciou no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, em ciclo patrocinado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, o deputado Raimundo Padilha, que falou sôbre o tema *Financiamento do Corpo Discente — Banco de Educação*, salientou que as falhas do sistema educacional brasileiro situam-se nos três níveis de ensino: primário, médio e superior.

—No nível médio — disse — parece-nos que as coisas são mais graves do que nos demais setores. Porque é êsse o nível de estrangulamento da atividade educacional por excelência. A gratuidade, privilégio dos dois outros cursos — primário e superior — não benefi-

cia mais da metade dos estudantes do Brasil, matriculados nessa categoria de ensino.

Como resultante disso, segundo o representante fluminense na Câmara Federal, ocorre o que chamou de entorpecimento do ensino médio, que é fundamental para a educação, por ser o passo intermediário para o ingresso na Universidade.

— Em nosso parecer, enfatizou, nenhum setor talvez esteja em crise mais grave, nem outro em que as consequências sejam mais profundas para a preparação da liderança futura, em nosso País.

Depois de referir-se, com base em dados estatísticos de 1964, sobre o número de concluintes do curso primário e médio que atingiu aos níveis subseqüentes de ensino, acentuou o parlamentar:

— Temos de reconhecer que o sistema atual de financiamento da educação não funciona a contento. A lentidão com que se liberam as verbas, com que se elaboram projetos ou com que se tomam outras quaisquer decisões administrativas, convence-nos a todos do imperativo de uma mudança.

IPUC Integra-se no Esfôrço Tecnológico

Integrando-se no esfôrço nacional de formação de pessoal especializado no setor da Tecnologia, o Instituto Politécnico da Universidade Católica de Minas Gerais (IPUC) figura hoje entre as dez maiores escolas de Engenharia existentes no País.

Atualmente o IPUC tem 1.095 alunos e seus cursos são procurados por estudantes de todo o País, demonstrando, assim, o alto grau de eficiência de sua pedagogia.

Graças ao esfôrço de trabalho de seus diretores, o Instituto Politécnico da Universidade Católica de Minas Gerais desenvolve-se com segurança. Sua área construída é de 12.000 metros quadrados, no Seminário Eucarístico Coração de Jesus e na Cidade Industrial.

De acôrdo com o plano de expansão ora em fase de execução, essas instalações foram reservadas para o Instituto de Tecnologia do IPUC, o qual, segundo entendimentos em curso, vai operar em convênio com o Instituto de Tecnologia do Estado de Minas Gerais. O IPUC dispõe, ainda, de 80 mil metros quadrados de terreno para seu plano de desenvolvimento, tendo diplomado, em 5 anos de funcionamento, quatro turmas de engenheiros de operação, 131 profissionais estão prestando colaboração a vários setores do parque industrial brasileiro.

Este ano vai diplomar 83 engenheiros especializados, em Mecânica e Eletricidade, e mais 49 engenheiros de operação. O curso de Engenharia Econômica, que funciona em nível de pós-graduação, já diplomou duas turmas com 71 alunos.

Recentemente, graças a uma doação do Govêrno do Estado, o IPUC incorporou ao seu campo de trabalho a Fazenda Santa Rita, com 600 hectares, no município de Sete Lagoas, onde, no próximo ano, vai instalar seus cursos de engenheiros agrícolas.

Com 1.095 alunos no corrente ano, o Instituto Politécnico da Universidade Católica de Minas Gerais mantém os seguintes cursos: Engenharia Mecânica, cinco anos, 427 alunos; Engenharia Elétrica, cinco anos, 315 alunos; Engenharia de Operação, três anos, parte mecânica, 204 alunos, parte elétrica, 121 alunos; Engenharia Econômica, 28 alunos.

O IPUC está organizando seu curso de Engenharia Industrial, de dois anos, o qual concederá o título de "Master of Sciences", após a defesa de tese. Os engenhei-

ros industriais vão ser destinados à administração de empresas, para o que devem adquirir conhecimentos especializados em Economia Industrial e Finanças.

No corrente ano o Instituto Politécnico da Universidade Católica de Minas Gerais fêz quatro concursos de habilitação, matriculando mais 278 alunos, assim distribuídos: 144 nos cursos de engenheiros mecânicos e de engenheiros eletricitas, ambos de cinco anos, e 134 nos cursos de Engenharia de Operação Mecânica e Elétrica.

Mérito Educativo

O Presidente da República assinou decreto, conferindo a *Ordem Nacional do Mérito Educativo* às seguintes personalidades: Agripino Grieco, Deolindo Augusto Nunes do Couto, Felipe Herrera, Raymundo Moniz de Aragão, Celso Octávio do Prado Kelly, Guilherme Augusto Canedo de Magalhães, Roberto Garric, Manuel Bergstrom Lourenço Filho, Antônio Ferreira de Almeida Júnior, Renato Almeida, Esther Figueiredo Ferraz, e *post-mortem* a Miguel Calmon Dupin e Almeida, Orlando Gomes Calaza, Monsenhor Emílio José Salim, Antônio Carneiro Leão, Cláudio da Silva Brandão, Isaias Alves de Almeida e Henrique Marques Lisboa.

Integração da Faculdade de Educação na Universidade

O III Seminário sôbre Assuntos Universitários, promovido pelo Conselho Federal de Educação, no exame que fêz do tema básico relacionado com a *Integração da Faculdade de Educação na Universidade*, recomendou que, além da parte pedagógica dos cursos de formação de professores de segundo grau, as Faculdades de Educação deverão dar ênfase à licenciatura de primeiro ciclo, reduzida a sua duração para dois anos e mesmo um ano, quando e onde fôr absolutamente necessária.

Compareceram ao Seminário 22 reitores de todo o País, tendo o conselheiro Newton Sucupira informado que as Faculdades de Educação surgiram com o desmembramento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, conseqüente da aplicação dos decretos-leis 53/66 e 252/67.

Também foi recomendado o preparo pedagógico, em Faculdade de Educação, dos professores de ensino técnico, atendendo às necessidades das escolas de formação de segundo grau. Outra proposição aprovada, foi a relacionada com a formação pedagógica em nível universitário de professores para o magistério primário, orientação dos alunos dos cursos pedagógicos e dos que se destinam a outros cursos nas Universidades.

A expansão do ensino superior foi também examinada. Coube ao conselheiro Dumerval Trigueiro relatá-la, observando que o aumento das matrículas no sistema deve ser associado ao processo de desenvolvimento nacional, com a intervenção solidária de todos os setores do Governo, em todos os seus níveis, e a participação da iniciativa privada. Por tratar-se de mudança qualitativa, a primeira estrutura a ser transformada será a dos recursos, especialmente, os orçamentários, devendo fixar-se novo índice de correlação entre os investimentos educacionais e o crescimento da renda nacional. As tendências vegetativas, que impulsionam o crescimento do ensino superior, deverão ser substituídas por um sistema que a subordine à nova imagem do País, fixada no Plano Nacional de Desenvolvimento.

A expansão obedecerá sempre à concentração de recursos humanos e materiais, através da reavaliação sistemática de capacidade das Universidades e escolas existentes, tendo em vista a plena utilização de suas disponibilidades: estímulo ao desenvolvimento da política educacional em todos os sentidos, a começar pelos Estados, sob a égide de suas Universidades, visando a evitar a proliferação indiscriminada de escolas pelo interior; institucionalização pelo Conselho Federal de Educação de programas preparatórios à criação de escolas superiores, de bolsas de estudo e residência a serviço de um sistema regional de ensino superior.

**Universidade-Indústria
Unem-se pelo Progresso**

O Sr. Teodoro de Nigris, presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, disse, durante o Primeiro Encontro Universidade-Indústria, no salão nobre "Roberto Simonsen" daquela entidade, que a união de esforços entre o setor industrial e o setor educacional possibilitará um intercâmbio benéfico nos setores da Tecnologia avançada, para ambas as partes.

Por isso, o Encontro tem — em seu entender — "uma significação prática que beneficia tanto o universitário, que tomará conhecimento das exigências industriais em seus fatores econômicos de expansão, quanto a indústria, que poderá contar com o mundo acadêmico na solução de seus mais agudos problemas, não só tecnológicos, como administrativos ou gerenciais".

No mundo moderno, prosseguiu, é indispensável um desenvolvimento integrado da economia e da ciência, base da própria segurança nacional nos dias de hoje. "A Universidade e a indústria devem procurar amplo diálogo e, através dele, estabelecer diretrizes capazes de superar possíveis dificuldades que impeçam um maior intercâmbio nos seus campos afins".

O Prof. Vicente Chiaverini, diretor-executivo do Instituto Roberto Simonsen, afirmou que o "avanço tec-

nológico vem repercutindo de modo saliente na reformulação da estrutura educacional, a qual deve tornar-se cada vez mais dinâmica e adaptável às condições criadas pela Tecnologia".

Mas a influência, em sua opinião, deve ser recíproca, porque "é desejável que os métodos educacionais evoluam no sentido de ditar normas e linhas de conduta para que o progresso tecnológico não torne o indivíduo um mero escravo da máquina, mas esta lhe sirva de instrumento para atingir os objetivos do progresso social e econômico".

Na verdade, afirmou, o binômio Universidade-Indústria é a força principal de uma nação.

O Prof. Vicente Chiavernini reconheceu o esforço que o Governo vem fazendo para diminuir o problema da falta de vagas no ensino superior, mas defendeu um planejamento mais adequado na criação de novas escolas, em que não entrem "interesses políticos e eleitorais", mas sim "interesses ditados pelas necessidades do meio".

A frustração dos estudantes é uma conseqüência dessa falta de planejamento, em sua opinião. Os jovens disputam o ingresso numa escola quase sempre mal equipada, sem instalações adequadas nem professores bem formados. Diplomados, constatam a ineficiência da instrução recebida, pela dificuldade freqüente em exercer sua profissão, o excesso de profissionais num determinado setor.

Declarou o Prof. Vicente Chiaverini:

"Não estaria pois a Universidade exercendo e atingindo os seus verdadeiros objetivos, quais sejam, receber todos os que desejam nela ingressar e fornecer o tipo de educação condizente com as necessidades e a natureza do meio. Critica-se, por outro lado, a sociedade por não estar ela cumprindo uma de suas finalidades, qual seja, a de absorver êsse elemento humano, cuja atuação é indispensável para o seu próprio progresso".

Acôrdio em Minas Gerais

A Universidade foi sempre o celeiro intelectual de qualquer nação, fornecendo tôda a base científica e tecnológica essencial ao desenvolvimento dos países. Isto acontece, e acontece, onde a Universidade caminha junto à indústria, comércio, lavoura, numa contraprestação de serviços com uma finalidade única: o progresso.

Em Minas Gerais, de tempos em tempos, havia a tentativa, de um lado e de outro, de maior aproximação entre a Universidade e a empresa, pública ou privada. Entretanto, um distanciamento mútuo — sem que as partes disso se apercebessem — fazia com que essas tentativas morressem no nascedouro.

Continuava então o quadro: a empresa à espera dos técnicos formados pela Universidade, e esta limitando-se a prestar a formação acadêmica: ao conceder os diplomas, a Universidade liberava seus profissionais para a procura dos empregos.

Isto tolhia muitos valores, desperdiçados pela falta de entrosamento entre a Universidade e a empresa. Outras falhas concorriam para evitar a integração que deve haver entre ambas: tôdas levaram a Universidade a procurar a empresa, através de seus representantes, tentando uma união de esforços, dirigidos a um mesmo fim — estava iniciado então o movimento de cooperação Universidade-Empresa.

O convênio de cooperação Universidade-Empresa nasceu do interesse da Universidade em desenvolver o setor de investigação tecnológica em Minas Gerais, e da importância que a UFMG atribui à participação empresarial no projeto, em razão do interesse comum.

Foram realizadas várias reuniões, na sede da Universidade Federal de Minas Gerais e na sede das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais, com a presença do Reitor

Gérson de Brito Melo Boson, do Eng.º Amaro Lanari Júnior, diretores de faculdades e escolas da UFMG, professores e técnicos de empresas privadas e públicas.

Nessas reuniões, chegou-se à conclusão de que um esforço conjunto era o primeiro passo. O Reitor Gérson Boson e o Eng.º Amaro Lanari Júnior, presidente do Grupo Misto Universidade-Empresa, assinaram uma carta de intenções, destinada ao estudo de um dinâmico e flexível programa de cooperação entre a Universidade e o setor empresarial, com vistas ao desenvolvimento tecnológico entre nós.

Com a criação do Grupo Misto Universidade-Empresa, composto de 18 membros, paritariamente constituído por representantes da Universidade e do setor empresarial, foi estruturado o órgão incumbido de estabelecer as linhas centrais do programa de desenvolvimento tecnológico almejado.

Ao longo das três reuniões realizadas, e de amplas consultas, logrou-se acôrdio geral pelo qual o programa de cooperação Universidade-Empresa será levado avante basicamente em torno da próxima instituição de um Fundo de Financiamento para o Desenvolvimento Tecnológico (FITEC) e da criação, pela Universidade Federal de Minas Gerais, de um Centro Tecnológico (CETEC).

Foram debatidos os anteprojetos dos dois órgãos e devidamente convertidos em projetos, para o necessário estudo e aprovação formal por parte dos órgãos competentes da UFMG, e adesão, por parte do setor empresarial.

Ao Fundo de Financiamento caberá mobilizar recursos destinados ao financiamento e apoio de programas e projetos específicos do Centro Tecnológico, e a êste competirá desenvolver atividades do nível de laboratórios de ensaios e análise, de pesquisas tecnológicas, de treinamento e extensão, incluindo programas de pós-graduação e, finalmente, de assistência técnica.

Ao Centro Tecnológico caberá executar projetos de pesquisas nas áreas da Metalurgia, Siderurgia e outras, bem como organizar grandes laboratórios de testes e análises assim como prestar assistência técnica às empresas privadas e, eventualmente, instituir projetos de treinamento de pessoal qualificado.

Segundo assegurou o Prof. Júlio Barbosa, diretor do Departamento de Ciências Políticas, o projeto é da maior importância para o desenvolvimento do País, do Estado e das Universidades, inclusive do empresariado privado, pela abertura que representa na cooperação dos órgãos envolvidos na investigação tecnológica.

— A Universidade, enfatizou, não se pode dar ao luxo de criar quadros ociosos, sem compromissos com o desenvolvimento do País; é grande a importância do progresso tecnológico no desenvolvimento econômico e social das nações, principalmente dos países subdesenvolvidos.

Para o diretor do Departamento de Ciências Políticas da UFMG, o principal obstáculo ao progresso dos países subdesenvolvidos consiste no fato que este progresso é, em si mesmo, uma prerrogativa dos países evoluídos, que são evoluídos exatamente porque estão capacitados para absorver doses maciças, crescentes e irreversíveis de progresso tecnológico.

Representante do Brasil

Quer UNESCO Mais Dinâmica

O Embaixador Carlos Chagas, delegado permanente do Brasil na UNESCO, pediu à Conferência Geral deste organismo da ONU que se coloque na vanguarda, numa atitude revolucionária, pois é necessário vencer a passividade, a negligência e o espírito conservador de muitos professores.

Segundo o biólogo, “sòmente uma reformulação das técnicas pedagógicas permitirá fazer frente ao crescimento demográfico e ao processo educativo nos países em vias de desenvolvimento”.

Defendendo a reforma total do ensino, o Sr. Carlos Chagas anunciou que o Governo do Brasil está disposto a estudar e impulsionar tóda fórmula destinada a conferir ao ensino primário e secundário a base de uma formação cultural. Para êle, “a maioria dos Estados-membros está numa situação dramática, quando 80% das crianças abandonam as aulas antes de terminar os estudos primários”.

De acôrdo com o Embaixador, esta frustração cria as circunstâncias propicias para o protesto da juventude. Tal como estão indo os Estados modernos, “ó homem só pode subsistir como um ser sem participação real na vida cultural, na política, no progresso social”. Esta é a explicação da revolta dos jovens franceses no último mês de maio.

O Sr. Carlos Chagas pediu à UNESCO um esforço de imaginação, de compreensão, de informação, de melhoria do ensino em todos os graus, mediante estudos pluridisciplinados e comparativos para que o mundo não caia no caos intelectual que sufocaria os valores mais representativos de tódas as civilizações.

O diretor-geral da UNESCO, Prof. Carlos Flexa Ribeiro, informou ter a Conferência Geral examinado o programa da educação para os anos de 1969-1970, destinando a êste período US\$ 17 e meio milhões.

Segundo o Prof. Flexa Ribeiro, o ensino constitui a empresa mais gigantesca do mundo, possuindo mais de 403 milhões de alunos e 15 milhões e meio de professores, sendo necessário enfrentar a deserção dos alunos e os baixos rendimentos escolares.

Economistas Aprovam Seu Código de Ética

O Conselho Federal de Economistas Profissionais aprovou o Código de Ética do Economista, que tem por objetivo indicar normas de conduta que devem inspirar as atividades profissionais, regulando suas relações com a classe, os poderes públicos e a sociedade.

O Código, que atende a proposição do I Simpósio dos Conselhos Regionais de Economistas Profissionais, incumbe ao economista conservar e dignificar a profissão a que pertence como seu mais alto título de honra, tendo sempre em vista a elevação moral e profissional da classe.

O presidente do Conselho, Sr. Mário Sinibaldi Maia, informou que tenciona reivindicar ao Governo para que na reforma do ensino de Ciências Econômicas sejam abordados os dois grandes problemas dessas faculdades: a preparação do técnico para o mercado de trabalho existente no Brasil, a fim de dar ao economista sua verdadeira função na sociedade brasileira; e a criação de estágios para estudantes de Economia, quer nas empresas autárquicas, quer nas de economia mista e mesmo, nas grandes empresas beneficiadas por empréstimos ou favores fiscais.

Estágio na RFF

Os alunos das quartas e quintas séries das Escolas de Engenharia de todo o País vão ser admitidos como estagiários na Rêde Ferroviária Federal, tão logo sejam concluídos os estudos sobre os estímulos a serem dados pela empresa.

A revelação foi feita pelo General Antônio Adolfo Manta, em conferência na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

aspectos internacionais da educação

Educação Superior na Grã-Bretanha

A educação superior na Grã-Bretanha consiste, sobretudo, no trabalho efetuado nas Universidades (que são órgãos autogovernados, e nos vários institutos sujeitos ao controle das autoridades locais de educação-escolas normais) antigamente conhecidas pelo nome de institutos de treinamento de professores e nos cursos de caráter avançado daqueles institutos técnicos e outros institutos de educação adicional que ministram instrução avançada.

Os cursos avançados são os de nível superior ao requerido para os exames de nível A do Certificado Geral de Educação ou para o Certificado Nacional Normal — definição esta utilizada pela comissão presidida por Lord Robbins, formada em 1961.

Nos últimos anos, a educação superior tem passado, na Grã-Bretanha, por uma rápida expansão, embora até o início da década de 1950 fôssem limitadas, fora das Universidades, as oportunidades de efetuar trabalhos que dessem acesso a um grau universitário.

A época em que foram realizadas as investigações da Comissão Robbins, os institutos técnicos, outros institutos de educação adicional e as escolas normais desempenhavam um papel vital na expansão da educação superior, e havia mais estudantes (incluindo estudantes em regime de tempo integral e de tempo parcial) ocupados em estudos de grau universitário fora das Universidades, do que propriamente alunos universitários.

O ritmo de expansão foi acelerado desde que o Governo britânico aceitou, não só a opinião da Comissão Robbins de que a educação superior deve estar ao alcance de todos aqueles que também disponham de habilitações e pretendam seguir seus cursos, como os totais propostos para serem alcançados até o ano escolar de 1973-74.

Esses totais eram de 390.000 lugares na educação superior, em regime de tempo integral, dos quais 218.000 em instituições universitárias. Em princípios de 1965, o Governo britânico anunciou que 122.000 dos 390.000 lugares deviam ser destinados ao treinamento de professores, uma resolução que quase duplicará o número dos estudantes que se encontram nesta situação.

O Governo aceitou, igualmente, um certo número de alterações de grande amplitude, recomendadas pela comissão. Os institutos de Tecnologia avançada e duas instituições escocesas — foram acrescentados à lista de doações da Comissão de Doações às Universidades.

Está sendo examinado também o futuro da Real Escola de Arte, de Londres, e do Instituto de Aeronáutica, de Cranfield, que a comissão recomendou deviam passar à categoria de Universidades.

O Governo decidiu que os lugares universitários adicionais, necessários durante os dez anos que terminam em 1974, devem ser abertos nas Universidades já existentes, e não em novas Universidades.

O Governo está estimulando, por outro lado, um maior incremento da educação tecnológica através do fomento de certas instituições tecnológicas. Entre elas estão incluídas o Instituto de Ciências e Tecnologia (Universidade de Londres), o Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade de Manchester e a Universidade de Strathclyde.

Os institutos técnicos (assim como as escolas normais) estão se preparando para o regime de expansão mais intenso de toda a educação superior; o Plano Nacional prevê que o número de estudantes seguindo cursos de caráter avançado de tempo integral e de tempo intercalado (sandwich courses) nos institutos de educação adicional do Reino Unido se elevará a 70.000, em 1970.

Embora o Governo seja responsável pelo fornecimento de perto de 75% dos recursos das Universidades, não dispõe de controle sobre seu funcionamento ou sistema de ensino, nem mantém relações diretas com elas.

A Comissão de Doações às Universidades, cujos membros são escolhidos nos círculos acadêmicos e no mundo dos negócios, distribui as doações e serve de órgão

consultivo ao Secretário de Estado sobre os assuntos de caráter universitário, embora as Universidades propriamente ditas não estejam nela representadas.

As Universidades inglesas (incluindo os institutos de Tecnologia avançada, conhecidos por suas iniciais CAT) são: Aston (Birmingham), Bath, Birmingham, Bradford, Bristol, Brunel, Cambridge, City (Londres), Durham, East Anglia, Essex, Exeter, Hull, Keele, Kent (Canterbury), Lancaster, Leeds, Leicester, Liverpool, Londres, Universidade de Tecnologia de Loughborough, Manchester, Newcastle upon Tyne, Nottingham, Oxford, Reading, Salford, Sheffield, Southampton, Surrey, Sussex, Warwick e York.

O Instituto de Ciência e Tecnologia de Chelsea (Londres) subiu à categoria de Universidade em 1966, quando passou a ser um estabelecimento formando parte da Universidade de Londres. Existe uma Universidade do País de Gales, um Instituto Galês de Tecnologia Avançada, que como os outros CATs, vai adquirir também o *status* de Universidade; e o Instituto de St. David, em Lampeter, cujos cursos de licenciatura em artes são parcialmente financiadas com doações, sob o patrocínio do Colégio Universitário do Sul do País de Gales e Monmouthshire.

As Universidades escocesas são: Aberdeen, Edimburgo, Glasgow, Heriot-Watt, St. Andrews, Stirling e Strathclyde. O Queen's College, de Dundee, que passou à categoria de Universidade independente da de St. Andrews, em 1.º de agosto de 1967, tornou-se a quarta Universidade da Escócia.

As Universidades de Oxford e Cambridge datam dos séculos XII e XIII, e as Universidades escocesas de St. Andrews, Glasgow, Aberdeen e Edimburgo, dos séculos XV e XVI. Todas as demais Universidades foram fundadas nos séculos XIX e XX.

Pós-Graduação na Tcheco-eslováquia

A Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), informa que, sob o patrocínio da UNESCO e do governo da Tcheco-eslováquia, será realizado na Universidade de Agricultura de Nitra, naquele país, o I Curso Internacional de Pós-Graduação, ministrado entre 1.º de abril e 30 de junho de 1969, para o treinamento de professores de Escolas Técnicas de Agricultura, abrangendo:

- a) Psicologia de processos pedagógicos;
- b) Didática;
- c) Métodos de matérias agrícolas especiais (Teoria do ensino agrícola, produção vegetal, produção animal, mecanização, etc.)

Os estudos serão realizados em inglês, devendo os candidatos ter, no mínimo, dois anos de atividades práticas, relacionadas com Agricultura (Agronomia, Zootecnia, Veterinária).

As bolsas de estudo oferecidas pela UNESCO e o Governo da Tcheco-eslováquia compreendem:

1) passagem aérea de ida e volta; 2) mensalidades de US\$ 120 para manutenção; 3) seguro de saúde e contra acidentes.

Os pedidos de inscrição (instruídos com *curriculum vitae* minucioso) devem ser dirigidos à University of Agriculture, Director of IPTCT, VSP, Nitra, Tcheco-eslováquia.

Chile: Pós-Graduação Para Engenheiros e Economistas

O Centro de Planejamento (CEPLA) da Faculdade de Ciências Físicas e Matemáticas da Universidade do Chile ministrará em 1969, um curso em nível de pós-graduação sobre administração de empresas e planejamento setorial. Poderão inscrever-se, até 1.º de março, engenheiros e economistas, além de outros diplomados em ramos de estudos afins, uma vez indicados pelas instituições em que exerçam suas atividades profissionais.

A primeira parte será comum a todos os participantes e compreenderá: Análise Econômica e Avaliação de Projetos, Pesquisas Operacionais, Elementos de Matemática, Estatística, e Elementos de Computação e Processamento de Dados; e a segunda fase, de especialização: Administração de Empresas (Economia e Administração de Empresas, Pesquisas Operacionais e Estatística), e Planejamento Setorial (Política Econômica, Contabilidade Pública, Métodos e Modelos de Planejamento, Economia Setorial). A taxa de inscrição é de 5 mil escudos chilenos, cerca de NCr\$ 10,00. Outras informações:

Embaixada do Chile

Rua Barão do Flamengo, 32

Rio de Janeiro, GB.

atos oficiais

Lei n.º 5.526, de 5-11-68 — Dispõe sobre a inscrição de médicos militares em Conselho Regional de Medicina (D.O. 7-11-68).

Lei n.º 5.528, de 12-11-68 — Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí (D.O. 11-11-68).

Lei n.º 5.530, de 13-11-68 — Dispõe sobre o exercício da profissão de químico pelos portadores de carteira expedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, até o advento da Lei n.º 2.800, de 18-6-56 (D.O. 14-11-68).

Lei n.º 5.531, de 13-11-68 — Institui incentivos fiscais para o desenvolvimento da educação (D.O. 14-11-68).

Lei n.º 5.534, de 14-11-68 — Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas (D.O. 18-11-68).

Lei n.º 5.537, de 21-11-68 — Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), (D.O. 22-11-68).

Lei n.º 5.539, de 27-11-68 — Modifica dispositivos da Lei n.º 4.881-A, de 6-12-65, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior (D.O. 29-11-68).

Lei n.º 5.540, de 28-11-68 — Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média (D.O. 29-11-68).

Dec. n.º 63.496, de 30-10-68 — Concede reconhecimento ao Curso de Ciências Domésticas e Educação Rural da Faculdade Salesiana de FCL de Lorena, SP (D.O. 4-11-68).

Dec. n.º 63.509, de 31-10-68 — Concede reconhecimento aos Cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Rio de Janeiro (D.O. 5-11-68).

Dec. n.º 63.514, de 31-10-68 — Autoriza o funcionamento da Escola de Engenharia Kennedy, de Belo Horizonte, MG (D.O. 5-11-68).

Dec. n.º 63.572, de 7-11-68 — Dispõe sobre a inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da Universidade Regional do Nordeste, sob a jurisdição administrativa da Fundação do mesmo nome, instituída pelo Município de Campina Grande, PB (D.O. 11-11-68).

Dec. n.º 63.577, de 8-11-68 — Fixa a nova estrutura da UF do Espírito Santo (D.O. 13-11-68).

Dec. n.º 63.582, de 11-11-68 — Autoriza o funcionamento da Faculdade de Direito de Cruz Alta, RS (D.O. 14-11-68).

Dec. n.º 63.583, de 11-11-68 — Autoriza o funcionamento da FFCL de Palmas, PR (D.O. 14-11-68).

Dec. n.º 63.584, de 11-11-68 — Reconhece o Curso de Administração Pública da Faculdade de Ciências Econômicas da UF da Paraíba (D.O. 14-11-68).

Dec. n.º 63.615, de 13-11-68 — Concede reconhecimento à Faculdade de Educação de Santa Catarina, sediada em Florianópolis, SC (D.O. 19-11-68).

Dec. n.º 63.636, de 19-11-68 — Concede reconhecimento aos Cursos de Letras, Ciências Sociais, História

e Geografia, da Faculdade de Filosofia da UF de Goiás (D.O. 25-11-68).

Dec. n.º 63.651, de 20-11-68 — Autoriza o funcionamento da Faculdade de Educação “Padre Anchieta”, de Jundiá, SP (D.O. 26-11-68).

Dec. n.º 63.666, de 21-11-68 — Autoriza o funcionamento da Faculdade de Ciências Médicas “Dr. José Antônio Garcia Coutinho”, de Pousó Alegre, MG (D.O. 22-11-68).

Dec. n.º 63.687, de 26-11-68 — Autoriza o funcionamento da Faculdade de Agronomia e Zootecnia “Manuel Carlos Gonçalves”, da cidade de Pinhal, SP (D.O. 27-11-68).

Dec. n.º 63.690, de 26-11-68 — Concede reconhecimento à Faculdade de Jornalismo “Eloy de Souza”, de Natal, RN (D.O. 29-11-68).

Dec. n.º 63.691, de 26-11-68 — Autoriza o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração e de Relações Públicas de Mogi das Cruzes, SP (D.O. 27-11-68).

Ordem Nacional do Mérito Educativo

Foi concedida ao Deputado Tarso Dutra, Ministro da Educação e Cultura, a Ordem Nacional do Mérito Educativo, no grau de Grã-Cruz (D.O. 11-11-68).

CEPES

O Ministro da Educação e Cultura designou os Profs. Paulo de Góes e Rubens d'Almada Horta Pôrto para as funções, respectivamente, de Membro e Coordenador da Comissão Especial para Melhoramentos e Expansão do Ensino Superior — CEPES (D.O. 4-11-68).

